



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

CNPJ 92.787.118/0001-20

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022**

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2023.

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

ÍNDICE

	Página
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	47

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior (Reapresentado)	Período Anterior
		31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE		159.304	127.840	118.591
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	49.748	40.298	40.708
Contas a Receber	(5)	1.748	1.700	144
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.2) (6)	(425)	(93)	(43)
Subvenções a Receber	(7)	44.018	33.119	25.893
Transferências de Recursos a receber	-	-	-	47
Estoques	(3.3) (8)	25.424	19.085	23.159
Adiantamentos a Empregados	(9)	19.243	15.665	14.306
Tributos a Recuperar		50	239	198
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	(10)	5.475	3.857	3.169
Outras Contas a Receber	(11)	16.432	19.045	16.288
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(3.113)	(5.771)	(5.544)
Despesas Antecipadas		704	696	236
ATIVO NÃO CIRCULANTE		511.119	481.973	483.559
Realizável a Longo Prazo	(12)	124.797	112.672	112.880
Investimentos	(3.4) (14)	2.818	2.748	4.755
Imobilizado	(3.5) (15.1)	382.463	365.070	364.121
Direito de Uso de Arrendamentos	(3.7) (15.2)	132	577	903
Intangível	(3.8) (15.3)	908	906	900
TOTAL DO ATIVO		670.423	609.813	602.150

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior (Reapresentado)	Período Anterior
		31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
PASSIVO CIRCULANTE		779.608	667.278	563.403
Fornecedores	(17)	23.369	21.269	15.889
Obrigações Trabalhistas	(18)	6.519	10.439	6.371
Obrigações Tributárias	(20)	36.236	2.372	2
Provisões Trabalhistas	(19)	149.739	129.150	120.102
Provisão para Riscos Fiscais		-	-	3.360
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22)	528.684	481.047	402.200
Subvenções a Realizar	(23)	29.494	18.636	11.834
Arrendamentos a Pagar	(3.9) (24)	133	423	401
Outras Contas a Pagar	(25)	5.434	3.942	3.244
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		418.427	442.175	454.954
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22)	412.666	436.748	449.622
Provisão para Riscos Fiscais	(21)	5.761	5.274	4.830
Arrendamentos a Pagar	(3.9) (24)	-	153	502
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(527.613)	(499.640)	(416.207)
Capital Social	(26)	234.036	222.997	180.950
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	36.267	11.039	42.047
Reserva de Reavaliação em Bens Próprios	(28)	16.978	17.363	17.748
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	41.247	42.179	43.110
Prejuízos Acumulados		(856.141)	(793.218)	(700.062)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		670.423	609.813	602.150

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 31/12/2023	Período Reapresentado 31/12/2022
RECEITA BRUTA		2.803	4.275
Prestação de Serviços	(30)	2.803	4.275
RECEITA LÍQUIDA		2.803	4.275
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(31)	(1.739.905)	(1.614.666)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(1.737.102)	(1.610.391)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(169.482)	(233.137)
Despesas Gerais e Administrativas	(32)	(155.446)	(161.784)
Outras Receitas Operacionais	(34)	27.441	14.403
Outras Despesas Operacionais	(35)	(41.477)	(85.756)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(1.906.583)	(1.843.528)
Despesas Financeiras	(37)	(157)	(358)
Receitas Financeiras	(38)	11.980	8.340
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL		(1.894.760)	(1.835.546)
SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(39)	1.830.521	1.741.074
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(40)	(64.239)	(94.472)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM REAIS		(1)	(1)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 31/12/2023	Período Anterior Reapresentado 31/12/2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR	(40)	(64.239)	(94.472)
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	385	385
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	931	931
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR		(62.923)	(93.156)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2022 (Reapresentada)		180.950	42.047	17.748	43.110	(700.062)	(416.207)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(29.2)	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	(26)	42.047	(42.047)	-	-	-	-
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(26)	-	11.039	-	-	-	11.039
Realização da Reserva de Reavaliação	(27)	-	-	(385)	-	385	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(28)	-	-	-	(931)	931	-
Prejuízo do Exercício	(39)	-	-	-	-	(94.472)	(94.640)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		222.997	11.039	17.363	42.179	(793.218)	(499.640)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2023		222.997	11.039	17.363	42.179	(793.218)	(499.640)
Aumento de Capital	(27)	11.039	(11.039)	-	-	-	-
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	-	36.267	-	-	-	36.267
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	-	-	(385)	-	385	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	-	-	-	(931)	931	-
Prejuízo do Exercício	(40)	-	-	-	-	(64.239)	(64.239)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		234.036	36.267	16.978	41.247	(856.141)	(527.613)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior (Reapresentado)
		31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do Período	(40)	(64.239)	(94.472)
Ajustes para:			
Depreciações e Amortizações	(15.1) (15.2)	23.907	25.524
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(7.099)	434
Perdas Estimadas com Estoques		138	204
Custo do Imobilizado Baixado ou Indenizado		326	251
Provisões e Reversões		46.374	102.181
Realização das Subvenções para Custeio	(39)	(1.830.521)	(1.741.074)
Doações Recebidas		(16.818)	(1.808)
Prejuízo do Período Ajustado		(1.847.933)	(1.708.760)
Redução (aumento) de Ativos:			
Contas a Receber		(289)	(1.594)
Subvenções a Receber		(10.899)	(7.178)
Estoques		(6.478)	3.870
Depósitos Vinculados ou Restituíveis		(1.618)	(688)
Outras Contas a Receber		(7.913)	(4.614)
Aumento (redução) de Passivos:			
Fornecedores		2.100	5.380
Subvenções a Realizar		25.159	6.802
Provisões para Indenizações Cíveis e Trabalhistas		(42.388)	(34.833)
Outras Contas a Pagar e Provisões		71.568	13.572
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		(1.818.691)	(1.728.043)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de Imobilizado e Intangível	(15.1) (15.3)	(41.164)	(26.288)
Venda de Imobilizado		-	-
Custo do Investimento Transferido para Venda		-	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		(41.164)	(26.288)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Subvenções para Custeio	(39)	1.816.220	1.741.074
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	(27)	36.267	11.039
Doações Recebidas		16.818	1.808
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento		1.869.305	1.753.921
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		9.449	(410)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		40.298	40.708
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	(4)	49.748	40.298
COMPOSIÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		49.748	40.298
Disponibilidades em Conta Corrente		85	14
Disponibilidades em Aplicações Financeiras		49.662	40.284

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior (Reapresentado)
		31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS		1.867.865	1.759.320
Prestação de Serviços	(30)	2.803	4.275
Subvenção para Custeio	(39)	1.830.521	1.741.074
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	7.099	(433)
Outras Receitas	(34)	27.441	14.403
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(333.810)	(352.642)
Custo dos Serviços Prestados		(304.560)	(287.727)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(30.163)	(32.547)
Provisão para Indenizações Cíveis		1.400	(11.944)
Provisão para Riscos Fiscais		(487)	(438)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.534.055	1.426.663
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(15.1) (15.2)	(23.907)	(25.524)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.510.148	1.401.139
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		11.980	8.340
Receitas Financeiras	(38)	11.980	8.340
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.522.128	1.409.479
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.522.128	1.409.479
Pessoal		1.577.627	1.497.416
Remuneração Direta		1.379.311	1.330.806
Benefícios		89.837	71.372
FGTS		108.479	95.238
Impostos, Taxas e Contribuições		156	150
Federais		14	39
Estaduais		30	1
Municipais		112	110
Remuneração de Capitais de Terceiros		8.583	6.385
Juros		157	358
Aluguéis		8.426	6.027
Remuneração de Capitais Próprios		(64.239)	(94.472)
Prejuízo do Período	(40)	(64.239)	(94.472)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(valores em milhares de reais)

NOTA 1 CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

Constituída em 26 de julho de 1960 como empresa privada, de capital fechado, com sede em Porto Alegre/RS, a Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição Ltda. teve o nome da sociedade alterado em 10/10/1967 para Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. Com a publicação do Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, alterado pelo Decreto nº 75.457, de 07 de março de 1975, 51% das ações do capital social foram declaradas de utilidade pública para desapropriação pela União, na forma do Art. 5º, Alínea “g”, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, passando a ser uma estatal dependente controlada pela União (conforme define o Art. 2º, Inciso III da Lei Complementar nº 101/00), está vinculada ao Ministério da Saúde, através do Art. Único, Inciso XVII, Letra “f”, do Anexo do Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019. Em 26 de setembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou a mudança da natureza jurídica para empresa pública e a partir de 09 de novembro de 2017 passou a ter um único acionista, a União. Está sujeita à Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, à Lei nº 4.320/64 e à Lei nº 13.303/16, com suas respectivas alterações, e à auditorias pelo Tribunal de Contas da União. Com a publicação no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2016 da Portaria nº 2.116, tornou-se uma entidade beneficente de assistência social em saúde. A renovação do referido certificado está em andamento. A Empresa possui interesse social, é de utilidade pública com fim exclusivo, no âmbito do Sistema Único de Saúde–SUS, de planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, de ensino técnico e superior, de pesquisa científica e tecnológica na área de saúde, tudo de acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do SUS, consoante às determinações do Ministério da Saúde.

NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC com base: a) nas disposições contidas na legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações, incluindo a aplicação das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14); b) na opção pelo Regime Tributário de Transição – RTT de 2008 até 2014; c) na adoção das normas internacionais, em 2010, que geraram ajustes de avaliação patrimonial contabilizados no patrimônio líquido; d) nos ajustes referentes à adoção inicial da Lei nº 12.973/14, reconhecidos em subcontas em 2015 e baixados em dezembro de 2018 em função da obtenção da imunidade total dos impostos e contribuições; e) na elaboração da demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado DVA. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pelo Hospital, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais,

energia, serviços de terceiros e os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e a amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios; f) as contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o Art. 4º da Lei nº 9.249/95 e g) os benefícios da isenção das contribuições obtidas com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social-CEBAS foram reconhecidos na contabilidade a partir de janeiro de 2015 com base em parecer jurídico. Com a obtenção da imunidade das contribuições previdenciárias em 24 de agosto de 2018 e das demais contribuições em 20 de novembro de 2018 as referidas contribuições foram baixadas em agosto e dezembro de 2018, respectivamente. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 22 de janeiro de 2024.

NOTA 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A base de reconhecimento e mensuração aplicados na preparação das demonstrações, bem como as principais práticas contábeis adotadas estarão elencadas a seguir:

3.1 Receitas e Despesas As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado quando utilizadas, conforme disposto no item 2 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 2017/NBC TG 07(R2) - Subvenção e Assistências Governamentais.

3.2 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)—Constituída de acordo com o Art. 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo Art. 8º da Lei nº 13.097/15 e com o Art. 71 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017 (Nota 6).

3.3 Estoques São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (Nota 8).

3.4 Investimentos As participações em outras empresas são adequadas ao preço de mercado e os outros investimentos ao valor de realização estimada, todos mediante constituição ou reversão de provisões para perdas (Nota 14).

3.5 Imobilizado Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para a utilização dos bens, suportado por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens, entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada com base no prazo do contrato de locação do imóvel. Em 2010 foi adotado o custo atribuído conforme Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, que gerou ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os ajustes foram reconhecidos em subcontas do imobilizado e em dezembro de 2018, em função da obtenção da imunidade total dos

impostos e das contribuições, as subcontas foram eliminadas por não ser mais necessário este controle (Nota 15.1).

3.6 Teste de Impairment –O teste de impairment deve ser aplicado para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial deste ativo e que aquele evento teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros, se estes puderem ser estimados de forma confiável. No Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A a depreciação é calculada com base no tempo de vida útil, e todos os bens que tiverem o custo de recuperação/manutenção maior que 50% do seu valor de mercado são considerados irrecuperáveis e baixados, conforme item 6 do Manual de Administração Patrimonial de Bens do Imobilizado do GHC e Inciso IV do Art. 3º do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, razão pela qual o Comitê de Análise do Patrimônio em seu parecer datado de 31 de março de 2019 , conclui que “não existem evidências objetivas que justifiquem a realização de teste de recuperabilidade para os ativos do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e suas filiais”.

3.7 Direito de Uso de Arrendamentos –É um ativo que representa o direito do arrendatário de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento e está contabilizado no ativo não circulante (Notas 3.9 e 15.2).

3.8 Intangível –Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (Nota 15.3).

3.9 Arrendamentos –São representados pelos contratos de arrendamentos que transferem o direito de usar um ativo por um período de tempo em troca de contraprestação, transferindo substancialmente os riscos e benefícios do arrendador para o arrendatário. Após minuciosa análise de todos os contratos de aluguel, os contratos que se enquadravam na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) –Operações de Arrendamento Mercantil, foram contabilizados o direito de uso e a depreciação no ativo não circulante e a obrigação no passivo circulante e não circulante (Nota 3.7 e 24).

3.10 Provisões para Contribuição Social e Imposto de Renda–Embora isentos da contribuição social sobre o lucro líquido desde 2016, em função do CEBAS, em 20/11/2018 o Hospital obteve na justiça a imunidade das contribuições do PIS/PASEP, COFINS e da CSLL, razão pela qual esta provisão também não é mais calculada como já ocorria com o IRPJ desde o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos em 2015.

3.11 Ajustes de Exercícios Anteriores –A prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores compõem os Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial, recebem registros tanto aumentativos quanto diminutivos e afetam diretamente o Patrimônio Líquido. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3.12 Reapresentação das Demonstrações –No findar o exercício de 2023 reapresentamos as demonstrações do exercício findo de 2022 em atendimento ao disposto na NBC TG 23 (R2), preservando a comparabilidade das demonstrações contábeis, conforme orientação na NBC TG 26 (R5), segundo apresentado em nota 29.3 e justificados pelos fatos na nota 29.2

NOTA 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	Período	Período
	Atual	Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Numerário Disponível	85	14
Aplicações Financeiras	49.663	40.284
Total	49.748	40.298

São recursos, em moeda nacional, depositados na conta única do governo federal e aplicações financeiras de liquidez imediata, mensurados e avaliados pelo valor do custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

NOTA 5 CONTAS A RECEBER

Contas	Período	Período
	Atual	Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Créditos com Pesquisas	4	70
Sócios Locatários	38	37
Outros Clientes – Estágios	1.705	1.593
Total	1.748	1.700

5.1 Créditos com Pesquisas – São créditos a receber referente a 10% do valor pago pelos patrocinadores da pesquisa clínica aos médicos contratados, para avaliar a eficácia e a segurança de um novo medicamento ou procedimento, após aprovação ética do estudo. O valor cobrado visa cobrir o custo hospitalar incluindo os exames realizados.

5.2 Sócios Locatários – São créditos a receber de pessoas físicas que possuem contrato assinado pelo antigo fundador do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que concede a eles o direito vitalício de morar nas dependências do Hospital, com direito a assistência médica e ressarcimento das despesas com o seu funeral. Os créditos a receber se referem ao valor cobrado mensalmente pela alimentação fornecida e corresponde a 50% do salário mínimo nacional.

5.3 Outros Clientes – Estágios – Nesta conta estão agrupados os valores a receber referentes a estágios realizados nas diversas unidades do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. por alunos de medicina, fisioterapia, fonoaudiologia, serviço social, odontologia, graduação e técnicos de enfermagem, radiologia e nutrição.

NOTA 6 PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Contas	Período Atual				Período Anterior			
	Saldo Inicial	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	Saldo Inicial	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
		Acréscimos	Baixas	Total		Acréscimos	Baixas	Total
ATIVO CIRCULANTE								
Contas a Receber								
Sócios Locatários	(36)	(1)	-	(37)	(37)	(3)	4	(36)
Outros Clientes	(57)	(409)	77	(389)	(6)	(75)	24	(57)
Subtotal	(93)	(410)	77	(425)	(43)	(78)	28	(93)
Outras Contas a Receber								
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(2.287)	(848)	305	(2.830)	(3.357)	(18)	-	(3.375)
Cessão de Pes. a Outras Entidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Empregados	(108)	(109)	30	(187)	(86)	(42)	20	(108)
Devolução e Abat. a Fornecedores	(3.375)	(88)	3.367	(96)	(2.071)	(303)	86	(2.288)
Subtotal	(5.771)	(1.045)	3.702	(3.113)	(5.514)	(363)	106	(5.771)
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Município de Porto Alegre	(3.335)	-	-	(3.335)	(3.335)	-	-	(3.335)
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(10.523)	(3.357)	8.845	(5.035)	(10.523)	-	-	(10.523)
Multimed Equip. Eletrônicos Ltda.	(84)	-	-	(84)	(84)	-	-	(84)
Africanamente Centro de Pesquisas	-	(62)	1	(61)	-	-	-	-
Subtotal	(13.942)	(3.419)	8.846	(8.515)	(13.942)	-	-	(13.942)
Total	(19.806)	(4.874)	12.625	(12.053)	(19.499)	(441)	134	(19.806)

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

NOTA 7 SUBVENÇÕES A RECEBER

Contas		Período Anterior					Saldo Final
		31/12/2023					
ATIVO CIRCULANTE	Saldo Inicial	Apropriação Orçamento do Exercício	Suplementação Remanejo	Valor Recebido	Cancelado/ Remanejo		
Manutenção do Custeio	32.000	270.000	41.560	(305.576)	(890)	37.094	
Reformas	450	18.499	-	(3.158)	(9.193)	6.598	
Covid-19	669	-	-	(80)	(589)	-	
Atenção à Saúde	-	326	-	-	-	326	
Descentralização Ofício 130_23	-	10.000	-	-	(10.000)	-	
Total	33.119	298.828	41.560	(308.814)	(20.672)	44.018	

Contas		Período Anterior					Saldo Final
		31/12/2022					
ATIVO CIRCULANTE	Saldo Inicial	Apropriação Orçamento do Exercício	Suplementação Remanejo	Valor Recebido	Cancelado/ Remanejo		
Manutenção do Custeio	20.230	216.000	40.551	(244.768)	(13)	32.000	
Reformas	4.255	14.694	-	(5.861)	(12.638)	450	
Covid-19	1.408	35.014	-	(35.678)	(75)	669	
Total	25.893	265.708	40.551	(286.307)	12.726	33.119	

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, estão registradas no ativo circulante com contrapartida no passivo circulante as subvenções para custeio a receber do Ministério da Saúde, pelo total de recursos disponibilizados para o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. no Orçamento da Seguridade Social aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 e nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, os valores são baixados desta conta (Notas 23 e 39). As subvenções são utilizadas para custear as despesas com:

7.1 Manutenção do Custeio – São recursos recebidos para prestação de serviços que integram o Orçamento da Seguridade Social. No exercício de 2023 o Hospital recebeu R\$ 41.560 referente a suplementação orçamentária.

7.2 Covid-19 No exercício de 2023, o Hospital não recebeu orçamento para ações da Covid-19. Os repasses recebidos no primeiro semestre de 2023 são oriundos de restos a pagar.

7.3 Reformas e Demais Custeios – Servem para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas) e demais despesas de custeio em geral.

7.4 Atenção à Saúde – Por meio da Emenda 19/2023 foram destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. recursos orçamentários para atender ações de atenção à saúde nos serviços ambulatoriais e hospitalares no município de Porto Alegre/RS. Recurso que integra a Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 14.535, 17 de janeiro de 2023.

7.8 Descentralização Ofício 130/23 – Foram destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. recursos orçamentários cancelado no mesmo período.

NOTA 8 ESTOQUES

Contas	Período	Período
	Atual	Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifados	21.188	14.858
Farmácias	2.739	2.494
Subalmoxarifados	1.754	1.926
Perdas Estimadas com Estoques	(257)	(193)
Total	25.424	19.085

Os valores dos itens de estoque são revertidos para o resultado, em obediência ao regime de competência quando do seu consumo nas atividades da entidade. Os estoques se compõem de materiais a serem consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento. Observa-se variação aumentativa no saldo em relação ao exercício de 2022.

NOTA 9 ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Contas	Período	Período
	Atual	Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Férias	18.851	15.324
Salários – Saldo Devedor	359	306
Salários Demissões Anuladas	-	-
Décimo Terceiro Salário	19	20
Vale Transporte	14	15
Suprimento de Fundos	-	-
Total	19.243	15.665

O saldo de adiantamento de férias de dezembro será descontado dos empregados no mês seguinte. O saldo do décimo terceiro refere-se a valores de outros exercícios não descontados de empregados. O vale transporte e o saldo devedor são valores que não puderam ser descontados dos empregados por estarem afastados do trabalho sem receber salário, ou estão sendo descontados parceladamente. O valor do suprimento de fundos se refere limite de crédito colocado à disposição do suprido no cartão corporativo do governo federal.

NOTA 10 DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas	Período Atual					Período Anterior				
	31/12/2023					31/12/2022				
	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final
Retido de Fornecedores	3.803	3.373	105	(1.861)	5.419	2.997	2.455	71	(1.720)	3.803
Trabalhistas	54	-	4	(2)	56	172	-	11	(129)	54
Total	3.857	3.373	109	(1.863)	5.475	3.169	2.455	82	(1.849)	3.857

Os valores retidos de fornecedores em cumprimento ao Art. 45, Inciso IX, Alínea “a” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC, visam garantir o pagamento dos encargos trabalhistas quando devidos pelas empresas tercerizadas aos seus empregados. A contrapartida está registrada no passivo circulante em outras contas a pagar. Os depósitos trabalhistas estão vinculados a ações judiciais em andamento.

NOTA 11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	221	3.556
Cessão de Pessoal a Outras Entidades	122	131
Devoluções, Abatimentos e Multas a Fornecedores	3.853	3.685
Convênios	-	59
Adiantamentos a Terceiros	905	852
Processos Seletivos	594	633
Créditos a Receber de Ações Judiciais	9.872	9.272
Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais	4	4
Outros Créditos a Receber – Aluguéis	11	8
Outros Créditos a Receber – Exclusividade Prestação Serviços Bancários	732	720
Outros Créditos a Receber – Rendimento de Aplicações Financeiras	102	112
Outros Créditos a Receber – Gestão Cadastro Empréstimos Consignados	16	13
Total	16.432	19.045

11.1 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios—Funcionários que foram cedidos a diversas Secretarias Municipais do Estado do Rio Grande do Sul e para a Secretaria da Saúde dos Estados do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e do Distrito Federal. No exercício de 2023 foi transferido para o longo prazo o total de R\$ 3.356. Os valores a receber ao findar de 2023 referem-se ao ressarcimento dos salários pagos aos funcionários cedidos ao município de Porto Alegre, a Secretária Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul e Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

11.2 Cessão de Pessoal a Outras Entidades—Trata-se do ressarcimento de salários pagos a dois funcionários cedidos, sendo um para o Conselho Federal de Enfermagem e outro para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

11.3 Devoluções, abatimentos e multas a fornecedores—São créditos a receber de fornecedores por devolução de mercadorias, abatimentos (glosas) e multas aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais.

11.4 Convênios Refere-se ao valor repassado em 27 de janeiro de 2010 à entidade conveniada denominada Africanamente Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor original de R\$ 40, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado pelo IGP-M parcelado em sessenta meses, dos quais foram recebidas somente quarenta parcelas, restando vinte parcelas a receber. No exercício de 2023 o saldo foi reclassificado para longo prazo.

11.5 Adiantamentos a Terceiros São valores pagos aos fornecedores de vale transporte a ser creditado aos funcionários no início do próximo mês.

11.6 Processos Seletivos São créditos a receber oriundos de taxas de inscrição em concursos públicos arrecadadas por empresas contratadas pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. para elaboração de processos seletivos.

11.7 Créditos a Receber de Ações Judiciais—Refere-se a um termo de transação com o Município de Porto Alegre – RS, datado de 12 de maio de 2016, sobre a ação judicial de repetição de indébito, referente à imunidade tributária dos tributos municipais. O valor a receber de R\$ 9.872 corresponde ao saldo de duas parcelas, uma com vencimento em julho de 2018 e outra em julho de 2019. Em decorrência das dificuldades do município em dispor de recursos financeiros e as necessidades do GHC de dispor de terrenos e imóveis para qualificação das suas Unidades Básicas de Saúde, está sendo negociado a execução do termo de transação. Os demais créditos a receber decorrentes deste processo estão registrados no longo prazo.

11.8 Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais—Resultam de um acordo judicial realizado em fevereiro de 2015 com a empresa Tops Consultoria Empresarial Ltda. no valor original de R\$ 4 a ser recebido em seis parcelas atualizadas pelo IGP-M, das quais foram recebidas somente quatro.

11.9 Outros Créditos a Receber—São créditos a receber referentes a aluguéis de áreas físicas a associações de funcionários e, também, de uma sala destinada a cafeteria localizada no pavimento térreo do Centro Administrativo do GHC, locada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI—EPP, a 45ª parcela do contrato de exclusividade, pela prestação de serviços bancários, pagamento da folha, depósitos judiciais do Banco do Brasil S.A, pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda. e rendimentos de aplicações financeiras referente ao terceiro decêndio de dezembro de 2023, sem liquidez imediata, disponível somente no mês de janeiro de 2024.

NOTA 12 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas	Período	Período
	Atual	Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Convênio	61	-
Créditos e Valores – Clientes	40.127	40.127
Créditos e Valores – Repetição de Indébito Trabalhista	-	338
Créditos e Valores – Repetição de Indébito Cível	215	215
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	18.655	10.524
Depósitos Judiciais Cíveis	-	119
Depósitos Judiciais Trabalhistas	18.401	20.472
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – COFINS	680	649
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ICMS	1.400	1.321
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Municipais	9.401	9.401
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ADIR/Estadual	406	420
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Federais	43.966	43.028
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(8.515)	(13.942)
Total	124.797	112.672

12.1 Convênios Refere-se ao valor repassado em 27 de janeiro de 2010 à entidade conveniada denominada Africanamente Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor original de R\$ 40, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado pelo IGP-M parcelado em sessenta meses, dos quais foram recebidas somente quarenta parcelas, restando vinte parcelas a receber. No exercício de 2023 o saldo foi reclassificado para longo prazo.

12.2 Créditos e Valores: a) De Clientes—São valores faturados contra o Município de Porto Alegre/RS pelos serviços prestados durante os meses de maio de 2014 a novembro de 2017, ainda pendentes de recebimento. Referem-se a incentivos financeiros concedidos pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Rio Grande do Sul por serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde—SUS, a título de complemento de faturamento. Com a finalidade de realizar esses créditos o Hospital ingressou com ação judicial de cobrança. b) De Repetição de Indébito Trabalhista—São duas ações trabalhistas, uma delas se refere à devolução de parte de uma ação judicial, paga com erro na atualização do cálculo, o alvará foi resgatado em 03 de janeiro de 2023 e outra será devolvida pelo reclamante em sessenta parcelas que neste exercício o saldo foi transferido para o curto prazo. c) De Repetição de Indébito Cível – Resultado de uma sindicância no valor de R\$ 84 transferido do ativo circulante para o longo prazo, em maio de 2021, contra a empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. e mais quatro ações de regresso contra a Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. no valor de R\$ 131, totalizando R\$ 215.

12.3 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios—São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 4.932, aos municípios de: Porto Alegre, R\$ 11.974, Canoas, R\$ 290, Sapucaia do Sul, R\$ 420 e Fortaleza, R\$ 1.038. Os saldos são compostos pelo principal e as devidas atualizações nos casos de precatório emitidos.

12.4 Depósitos Judiciais Cíveis—Depósitos destinados a garantir o pagamento de processos em andamento sem prazo estimado para realização, atualizados pelo índice de correção da poupança.

12.5 Depósitos Judiciais Trabalhistas –São valores depositados na Caixa Econômica Federal – CEF para interposição de recursos na justiça do trabalho. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Hospital.

12.6 Créditos a Receber de Ações Judiciais–Oriundas de ações judiciais tributárias de repetição de indébito: a) Da COFINS – Está na fase dos precatórios e já foi parcialmente recebida; b) Do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços–ICMS –Está vinculado ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, com precatório emitido. As duas ações estão sendo atualizadas pela SELIC; c) Dos Tributos Municipais –Também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral a ser pago pelo Município de Porto Alegre/RS, cujo acordo assinado em 12 de maio de 2016, deve ser cumprido em várias etapas. A primeira parte já foi recebida na forma de doação em pagamento de um terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, no valor de R\$ 5.889, a segunda parte no valor de R\$ 9.872 deve ser paga com recursos financeiros registrados no ativo circulante (Nota 11.7), e a terceira parte deverá ser quitada pelo Município com a desafetação e doação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Hospital, por R\$ 827, e a construção de duas unidades de saúde no valor de R\$ 8.574, totalizando R\$ 9.401; d) Do Adicional de Imposto de Renda–ADIR/Estadual Pago de outubro de 1991 a outubro de 1993, este processo aguarda o pagamento do precatório nº 116543; e) Dos Tributos Federais– referentes à ação de repetição de indébito da imunidade tributária, cujo trânsito em julgado ocorreu em 27 de outubro de 2021.

12.7 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)–Referem-se a provisão para perdas da cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, importando em R\$ 4.874. Composta também por municípios do mesmo estado em R\$ 3.495. Em maio de 2021 foi transferido para esta conta R\$ 84 referente à provisão para perdas do valor não recebido da empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. relacionado ao resultado da sindicância nº 04/2015. Em maio de 2023 foi reclassificado o convênio Africanamente–Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor de R\$ 60. A variação diminutiva nesta conta refere-se a reversão de PECLD de processos judiciais de cobrança que tiveram precatórios expedidos.

NOTA 13 ATIVOS CONTINGENTES

Contas	Período Atual	Período Anterior
Repetição de Indébito	31/12/2023	31/12/2022
Contribuições Previdenciárias	1.029.987	985.393
Total	1.029.987	985.393

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) –Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização possível, referente às ações de repetição de indébito das contribuições previdenciárias (INSS Patronal e Terceiros), originárias do processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 24 de agosto de 2018.

NOTA 14 INVESTIMENTOS

Contas	Período	Período
	Atual	Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Participações Societárias	6.967	6.967
Em Outras Empresas	89	89
Em Outros Investimentos – AHPA	6.878	6.878
Perdas Estimadas	(4.149)	(4.219)
Em Outras Empresas	(40)	(40)
Em Outros Investimentos – AHPA	(4.109)	(4.179)
Total	2.818	2.748

As participações societárias em outras empresas foram colocadas à venda. O investimento na Associação dos Hospitais de Porto Alegre–AHPA refere-se à participação, sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital da Associação (retorno do investimento original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Com o objetivo de acompanhar e refletir a possibilidade do cumprimento, ou não, da cláusula contratual de retorno do investimento, é calculada provisão ou reversão de perdas com base no patrimônio líquido da AHPA, apurado no último balancete que estiver fechado, limitada ao valor total do investimento atualizado pela variação do IGPM-FGV, conforme previsto no Art. 49 do Estatuto Social da Associação. No exercício de 2023, a AHPA reduziu sua perda em R\$ 70 (R\$ 2.006 em 2022) com base no balancete de novembro de 2023.

Balancete Patrimonial e Demonstração do Resultado da AHPA	Período	Período
	Atual	Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante	3.458	2.513
Ativo Não Circulante	10.325	11.226
Total do Ativo	13.783	13.739
Passivo Circulante	5.042	4.994
Passivo Não Circulante	3.718	3.851
Patrimônio Líquido	5.178	6.773
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	13.938	15.618
Receitas	19.276	14.796
Despesas	(19.432)	(16.675)
Superávit (Déficit) do Período	(156)	(1.879)
Serviços Prestados ao HNSC (em reais)	12.514.123	9.828.198
Roupa Processada para o HNSC (em quilos)	4.416.111	4.086.476

NOTA 15 IMOBILIZADO, DIREITO DE USO E INTANGÍVEL

15.1 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Imobilizado

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2022	01/01/2023 a 31/12/2023			31/12/2023
		Custos	Adições	Baixas	Transf.	Custos
IMOBILIZADO						
Terrenos	-	55.279	-	-	-	55.279
Edificações	10 a 60	142.428	-	-	584	143.013
Edificações em Imóveis de Terceiros	50 a 60	367	-	-	-	367
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	50 a 60	3.194	-	-	-	3.194
Instalações	5 a 60	77.940	-	(6)	1.509	78.443
Instalações em Imóveis de Terceiros	3 a 25	9	-	-	-	9
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	3 a 25	188.600	118	(2.747)	5.888	191.859
Outras Máquinas e Equipamentos	3 a 25	8.147	495	(136)	870	9.375
Móveis e Utensílios	3 a 25	22.621	330	(295)	794	23.450
Veículos	5 a 10	1.383	-	-	-	1.383
Equipamentos de Processamento de Dados	3 a 20	42.429	1.994	(141)	1.043	45.326
Construções em Andamento	-	87.609	16.694	-	(2.378)	101.925
Outras Imobilizações em Andamento	-	4.954	21.533	-	(8.292)	18.194
Adiantamento a Fornecedor	-	19	-	-	(19)	-
Subtotal		634.979	41.163	(3.325)	-	672.818
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO						
Edificações	-	(48.471)	(3.237)	-	-	(51.709)
Edificações em Imóveis de Terceiros	-	(238)	(2)	-	-	(240)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	(895)	(49)	-	-	(944)
Instalações	-	(33.958)	(3.760)	6	-	(37.712)
Instalações em Imóveis de Terceiros	-	(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	-	(132.157)	(10.919)	2.472	-	(140.603)
Outras Máquinas e Equipamentos	-	(5.653)	(405)	124	-	(5.935)
Móveis e Utensílios	-	(14.974)	(1.317)	263	-	(16.027)
Veículos	-	(1.213)	(52)	-	-	(1.265)
Equipamentos de Processamento de Dados	-	(32.341)	(3.703)	134	-	(35.911)
Subtotal		(269.909)	(23.444)	2.999	-	(290.355)
Total		365.070	17.718	(326)	-	(382.463)

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

15.2 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Direito de Uso

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2022	01/01/2023 a 31/12/2023			31/12/2023
		Custos	Adições	Depreciação	Transf.	Custos
DIREITO DE USO						
Direito de Uso	5	2.093	18	-	-	2.111
Depreciação Acumulada	-	(1.516)	-	(463)	-	(1.978)
Total		577	18	(463)	-	132

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

15.3 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Intangível

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2022	01/01/2023 a 31/12/2023			31/12/2023
		Custos	Adições	Baixas	Transf.	Custos
INTANGÍVEL						
Software	3	955	-	-	-	955
Marcas e Patentes	-	14	2	-	-	16
Potencial Construtivo	-	892	-	-	-	892
Amortização Acumulada - Software	-	(955)	-	-	-	(955)
Total		906	2	-	-	908

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

Não houve alteração no saldo do intangível durante o exercício de 2023. Os softwares, embora totalmente amortizados, continuam sendo utilizados. Os valores registrados na conta de marcas e patentes se referem ao custo com o registro da marca "GHC" e com o registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI do pedido de patente (modelo de utilidade) do equipamento denominado "Sistema de instalação de soluções e aero câmara para aerossóis com porta para sistema fechado de aspiração para pacientes submetidos à Ventilação Artificial". O potencial construtivo tem origem em indenização por desapropriação pelo município de imóvel situado na esquina da Avenida Francisco Trein com a Avenida Grécia, em Porto Alegre/RS e será utilizado futuramente na aprovação do projeto para construção de outro prédio.

NOTA 16 PARTES RELACIONADAS

16.1 Saldos com Partes Relacionadas

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
	AHPA	AHPA
Investimentos	2.769	2.699
Total	2.769	2.699

Legenda: AHPA – Associação de Hospitais de Porto Alegre.

16.2 Efeitos no Resultado

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
	AHPA	AHPA
RECEITAS E DESPESAS		
Serviços de Higienização de Roupas	12.514	9.828
Perdas Estimadas com Investimentos	70	(2.006)
Total	12.584	7.822

Legenda: AHPA – Associação de Hospitais de Porto Alegre.

A Política de Transações com Partes Relacionadas elaborada nos termos da legislação em vigor, Lei nº 6.404/76 e Lei nº 13.303/16, Decreto nº 8.945/16 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2014/NBC TG 05 (R3) –Divulgação sobre Partes Relacionadas, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05/12/2018 e revisada em 22 de dezembro de 2021, conforme Ata 149 do Conselho de Administração. As transações efetivadas serão analisadas anualmente, a fim de se avaliar a conveniência de sua manutenção. A Associação dos Hospitais de Porto Alegre- AHPA refere-se ao Contrato nº 438/2021, de 28 de setembro de 2021 e aos aditivos o nº 270/23 renovação do contrato, nº 388/23 ajuste de cláusula e aditivo nº 427/23 reequilíbrio do contrato, cujo objeto é a prestação de serviços de higienização de roupas ao Hospital, com vigência de doze meses, podendo ser prorrogado até o limite legal. A participação societária na AHPA está descrita na Nota 14.

16.3 Remuneração Paga ao Pessoal-Chave da Administração

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Diretoria Executiva	4	1.178	3	1.097
Remuneração	-	1.103	-	915
Um Terço de Férias	-	-	-	25
Gratificação Natalina	-	-	-	76
FGTS	-	75	-	81
Conselho de Administração	6	113	7	187
Conselho Fiscal	3	107	3	108
Comitê de Auditoria	3	96	3	108
Total	16	1.494	16	1.500

A Assembleia do Conselho de Administração do dia 04 de abril de 2023 designou para o cargo de Diretor presidente o atual ocupante por dois anos. A Assembleia Geral Ordinária-AGO de 14 de abril de 2023 elegeu um membro do Conselho de Administração, prorrogou a gestão de quatro Conselheiros de Administração, e reelegeu os membros do Conselho Fiscal. Na mesma data o Conselho de Administração exonerou dois Diretores Executivos e designou o Diretor Presidente para responder cumulativamente pelos cargos de Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Técnico até a eleição dos indicados pelo Ministério da Saúde. A AGE de 15 de junho de 2023, conforme o decreto nº 11.437 de 17 de março de 2023, fixou a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. Os Conselheiros de Administração e Fiscal recebem a mesma remuneração mensal. Os três membros do Comitê de Auditoria foram eleitos pelo Conselho de Administração em 24 de setembro de 2018, com mandato de um, dois e três anos e remuneração mensal de quatro mil reais. Um dos membros foi reeleito em 29 de agosto de 2019 e o outro em 22 de setembro de 2020, ambos por três anos e o terceiro membro foi substituído em 22 de setembro de 2021. O substituto tem mandato de três anos. O terceiro membro eleito em 22 de setembro de 2021 renunciou conforme Ata 170 do Conselho de Administração em 08 de março de 2022, cujo cargo foi ocupado em 27 de outubro de 2023, ata do Conselho de Administração nº 296. O maior, o menor e a média, da remuneração da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria consta na nota 33. Em 07 de julho de 2023, conforme ata 281 do Conselho de Administração em reunião extraordinária elegeu o Diretor Administrativo Financeiro, na mesma data e em reunião de mesma natureza o Conselho de Administração nomeou mais um conselheiro, conforme texto da ata 274. Em 08 de agosto de 2023, conforme ata 273 o

Conselho de Administração em reunião extraordinária elegeu os Diretores de Atenção à Saúde e de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação.

NOTA 17 FORNECEDORES

Contas	Período Atual	Período Anterior
Fornecedores	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores Nacionais	23.369	21.269
Total	23.369	21.269

São registradas nesta conta as obrigações decorrentes de contratos, de acordo com a entrega dos materiais ou dos serviços adquiridos. O pagamento ocorre de acordo com o prazo de vencimento contratado, normalmente de até trinta dias após a data de recebimento do produto ou serviço. O saldo em aberto se compõe basicamente dos valores a vencer após 31 de dezembro de 2023.

NOTA 18 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas de Fornecedores	274	302
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas na Folha de Pagamento	6.062	5.534
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Não Retidas	-	4.467
Obrigações Trabalhistas	6	3
Reembolso Pessoal Cedido de Outros Órgãos	177	133
Total	6.519	10.439

As obrigações sociais e previdenciárias referem - se a contribuição previdenciária retida sobre o valor das notas fiscais de serviços, com cessão de mão de obra e aos valores retidos sobre a folha de pagamento, ambas com vencimento no mês seguinte. As contribuições previdenciárias não retidas se referem aos contribuintes individuais (médicos residentes, residentes multiprofissionais e conselheiros) que em função do Hospital ter obtido a imunidade tributária e estar imune ao pagamento da cota patronal e terceiros, porém a legislação vigente prevê a retenção de 20% e não 11%, como efetivamente foi retido de 2018 a 2021, gerando desta forma uma diferença de 9%, não retida para aqueles contribuintes não abrangidos pelo Mandado de Segurança nº 2003.71.00.034766-2/RS ajuizado pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - SIMERGS que dispensa o empregador dos filiados daquele sindicato de reter 20% podendo continuar a reter 11%. Como a retenção efetuada foi feita indistintamente para todos os contribuintes individuais a alíquota de 11%, a diferença de 9% foi auditada pela Receita Federal do Brasil, que intimou o Hospital a retificar as Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP's de 2018 e 2019. Cabe destacar que o processo de fiscalização referente ao exercício de 2018 e 2019 encontra-se conclusivo, todos os valores a pagar decorrentes das GFIP's que foram retificadas, e atualizadas mensalmente até o mês de abril de 2023, ocasião em que foram pagas. Embora os anos de 2020 e 2021 não estejam incluídos na fiscalização da Receita Federal do Brasil, as contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais

foram provisionadas e estão registradas no passivo não circulante (nota 21). As obrigações trabalhistas são saldos de salários a pagar devolvidos pelo banco devido a problemas nas contas bancárias dos funcionários e o reembolso ao pessoal cedido de outros órgãos no valor de R\$ 142, devidos ao Município de Porto Alegre/RS, parte em cobrança judicial e R\$ 35 à Secretaria Estadual de Saúde, Município de Cristal e o Município de Santa Rosa.

NOTA 19 PROVISÕES TRABALHISTAS

Contas	Período	Período
	Atual	Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de Férias	149.739	129.150
Provisão para 13º Salário	-	-
Total	149.739	129.150

As duas provisões foram calculadas com encargos de 8% referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a provisão de férias inclui também um terço de férias, conforme legislação vigente.

NOTA 20 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Contas	Período	Período
	Atual	Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações Tributárias	36.236	2.372
Total	36.236	2.372

O saldo do exercício de 2023 é composto pelo imposto de renda retido na fonte (IRRF) decorrentes dos rendimentos do trabalho informados no e-social, conforme disposições contidas na instrução normativa nº 2005 de 29 de janeiro de 2021.

NOTA 21 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2023		31/12/2022	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Contribuições Sociais				
Contribuições Previdenciárias	-	5.761	-	5.274
Total	-	5.761	-	5.274

Foram provisionadas nesta conta em 31 de dezembro de 2021 no passivo não circulante, as contribuições previdenciárias não retidas em 2020 e 2021 dos contribuintes individuais (médicos residentes, residentes multiprofissionais e conselheiros), com a dinâmica de prudência, embora este período não esteja sendo auditado.

NOTA 22 PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

22.1 Com Classificação de Risco Praticamente Certo

Contas	Período Atual				
	31/12/2023				
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	2.098	397.752	88.026	(44.132)	441.646
Indenização Cível	26	3.601	3.761	(19)	7.343
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	2.125	481.047	91.787	(44.151)	528.683

Contas	Período Anterior				
	31/12/2022				
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.856	320.132	105.250	(27.630)	397.752
Indenização Cível	25	2.374	2.248	(1.021)	3.601
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	1.882	402.200	107.498	(28.651)	481.047

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

22.2 Com Classificação de Risco Provável

Contas	Período Atual				
	31/12/2023				
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.109	418.589	(18.921)	-	399.668
Indenização Cível	60	36.881	(25.176)	-	11.706
Indenização Cível - Imunidade	1	1.264	29	-	1.293
Total	1.170	456.734	(44.068)	-	412.667

Contas	Período Anterior				
	31/12/2022				
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.238	441.158	(22.569)	-	418.589
Indenização Cível	40	7.250	29.631	-	36.881
Indenização Cível - Imunidade	1	1.214	50	-	1.264
Total	1.279	449.622	7.112	-	456.734

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

As provisões são reavaliadas periodicamente, conforme estipula o Item 59 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2)–Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e evidenciam a melhor estimativa corrente na data do balanço. Para todos os processos cíveis ou trabalhistas ingressos na justiça e com classificação de risco praticamente certo a provisão está reconhecida no passivo circulante. Quando a classificação de risco é provável no passivo não circulante. Os processos trabalhistas referem-se, basicamente, às ações movidas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas. Os processos cíveis, na grande maioria dos casos, são movidos por pacientes e têm como objeto principal o dano moral, indenização por erro médico e pensionamento vitalício. A partir de 2020 o orçamento destinado ao pagamento dos precatórios é transferido para o Tribunal Regional do Trabalho - TRT4, que é o responsável por realizar os pagamentos aos beneficiários, razão pela qual os recursos financeiros correspondentes são repassados diretamente para o referido tribunal e a provisão é baixada. Durante o ano de 2011 foi constituída provisão cível para pagamento de honorários aos advogados contratados para propor ação de imunidade tributária. Esta provisão está contabilizada no passivo circulante e não circulante, é atualizada mensalmente pela cláusula contratual e conforme a classificação de risco em praticamente certo e provável, respectivamente. Em fevereiro de 2023 a conta de provisão cível foi impactada conforme informações contidas na nota 29.2. Os processos judiciais trabalhistas e cíveis tem seus valores de provisão atualizados mensalmente, por índices de inflação, em conformidade com a determinação judicial de cada processo, portanto, não há um índice padrão para todos os processos. São aplicados os seguintes índices de atualização monetária: IGP-M, IPCA, SELIC e TR. Há casos especiais em que, são aplicados juros de mora na ordem de 0,5% ou 1,0% ao mês, conforme a determinação judicial.

22.3 Com Classificação de Risco Possível

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2023		31/12/2022	
	Processos ¹	Valores Estimados	Processos ¹	Valores Estimados
Processos Judiciais				
Processos Cíveis	440	95.278	384	109.421
Processos Trabalhistas	1.408	227.664	1.506	191.731
Total	1.848	322.942	1.890	301.152

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

Os processos classificados com grau de risco possível, não são contabilizados, são apenas divulgados em notas explicativas, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) –Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

NOTA 23 SUBVENÇÕES A REALIZAR

Contas	Período Atual					
	31/12/2023					
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Dotação Suplementar	Valor Realizado	Valor Cancelado/ Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE						
Despesas com Pessoal	52	1.528.082		(1.515.517)	(12.533)	84
Manutenção do Custeio	17.751	270.000	41.560	(305.677)	(841)	22.793
Covid-19	589	-		-	(589)	-
Reformas	244	18.499		(3.215)	(9.193)	6.335
Demais Custeios	-	1.466		(1.457)	(9)	-
Atenção à Saúde	-	326		(44)	-	282
Total	18.636	1.818.373	41.560	(1.825.910)	(23.165)	29.494

Contas	Período Anterior					
	31/12/2022					
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Dotação Suplementar	Valor Realizado	Valor Cancelado/ Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE						
Despesas com Pessoal	170	1.452.803	-	(1.452.921)	-	52
Manutenção do Custeio	6.927	216.000	40.551	(245.716)	(11)	17.751
Covid-19	514	35.000	-	(34.864)	(61)	589
Reformas	4.223	14.694	-	(6.034)	(12.639)	244
Demais Custeios	-	2.555	-	(2.555)	-	-
Total	11.834	1.721.052	40.551	(1.742.090)	(12.711)	18.636

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde foram classificadas no passivo circulante como subvenção para custeio de:

23.1 Subvenções para Despesas com Pessoal—Reconhecidas no passivo pelo recebimento e transferidas para o resultado, como receita, quando utilizadas, na mesma proporção das despesas. Serve para custear as despesas com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, benefícios da folha e indenizações trabalhistas.

23.2 Subvenções para Manutenção do Custeio—A subvenção a receber é reconhecida no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante. À medida que a despesa a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente, a subvenção é transferida do passivo circulante para a receita na mesma proporção. Em dezembro foi suplementado o orçamento em R\$ 41.560.

23.3 Subvenções Covid-19 No exercício de 2023, o Hospital não recebeu orçamento para ações da Covid-19. Os repasses recebidos no primeiro trimestre de 2023 são oriundos de restos a pagar.

23.4 Subvenções para Reformas e Demais Custeios—Serve para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas), sentenças judiciais cíveis, pensões judiciais e demais despesas de custeio em geral. O valor a receber é reconhecido no ativo circulante tendo como contrapartida o passivo circulante e a transferência para o resultado, em conta da receita, ocorre na mesma proporção das despesas que são pagas com esta receita, contabilizada pelo regime de competência.

23.5 Atenção à Saúde—Recurso orçamentário recebido por meio da emenda 019/2023 para atender projetos de atenção à Saúde em serviços ambulatoriais e hospitalares.

NOTA 24 ARRENDAMENTOS A PAGAR

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2023		31/12/2022	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Arrendamentos Imobiliários				
Saldo no Início do Período	423	153	401	502
Reajuste	18	-	80	36
Pagamento	(461)	-	(443)	-
Transferência	153	(153)	385	(385)
Saldo no Final do Período	133	-	423	153

Estas operações se enquadram, a partir de 1º de janeiro de 2019, na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3)—Operações de Arrendamento Mercantil. Em 2019, por ocasião da adoção inicial, foram analisados todos os contratos vigentes em que o Hospital é o arrendatário, destes apenas três de locação de imóveis como arrendatário se enquadraram na referida norma. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 havia quatro contratos. Estão registrados no ativo o direito de uso e a depreciação e no passivo a obrigação do arrendamento. Foram considerados como arrendamento somente o valor fixo do aluguel a ser pago, embora os contratos tenham vigência de doze meses, identificamos com razoável certeza de que a intenção da administração é continuar utilizando estes imóveis, razão pela qual a vigência foi estimada em cinco anos, a contar do início de cada contrato.

NOTA 25 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Outras Contas a Pagar		
Obrigações com Entidades Públicas	-	47
Contribuições e Consignações de Empregados	-	-
Depósitos Retidos de Fornecedores	5.434	3.895
Obrigações com Outras Entidades	-	-
Total	5.434	3.942

25.1 Obrigações com Entidades Públicas—Os valores registrados nesta conta são a contrapartida do valor a receber registrado no ativo circulante como transferências de recursos a receber do Fundo Nacional de Saúde para compra de material imobilizado por meio de Termos de Execução Descentralizada –TED nº 183/2019 e 137/2020.

25.2 Depósitos Retidos de Fornecedores—São valores retidos dos fornecedores de prestação de serviços com cessão de mão de obra, com base no Art. 45, Inciso IX, Alínea “a”, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC. O valor retido é depositado em conta vinculada no Banco do Brasil S.A. e está registrado no ativo circulante na conta de depósitos vinculados ou restituíveis. A baixa vai ocorrer somente quando o valor for liberado para o fornecedor, após este comprovar que cumpriu todas as obrigações previstas na referida legislação.

25.3 Obrigações com Outras Entidades—Corresponde ao valor do suprimento de fundos (limite de crédito) colocado à disposição do suprido no cartão corporativo do governo federal, utilizado para fazer pequenas compras. Representa o compromisso assumido pelo Hospital em pagar a fatura do cartão de crédito, quando for entregue a prestação de contas pelo suprido, no prazo máximo de sessenta dias. A contrapartida está registrada no ativo circulante na conta de adiantamentos a empregados (Nota 9).

NOTA 26 CAPITAL SOCIAL

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Ações				
Ordinárias	108.511.628	224.657	108.511.628	214.061
Preferenciais	4.530.000	9.379	4.530.000	8.936
Total	113.041.628	234.036	113.041.628	222.997

O capital é composto por ações sem valor nominal, pertence totalmente a União, e está 100% integralizado. Para as ações do capital social está prevista distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais, prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, o que não se verifica da apresentação de prejuízos. A Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 14 de abril de 2023 autorizou a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos em 2022, no montante de R\$ 11.039, gerando uma variação aumentativa no capital social sem a necessidade de emissão de novas ações.

NOTA 27 ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social		
Saldo no Início do Período	11.039	42.047
Valor Capitalizado	(11.039)	(42.047)
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital Recebidos	36.267	11.039
Saldo no Final do Período	36.267	11.039

Nesta conta, estão classificados os recursos recebidos e utilizados no pagamento das aquisições de bens móveis e imóveis. O montante recebido durante o ano é capitalizado no ano seguinte até a data limite da aprovação das contas do exercício, em que ocorrer a transferência, conforme determina o Art. 2º, Parágrafo Único, do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, o qual deu nova redação ao Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, (Nota 26).

NOTA 28 RESERVA DE REAVALIAÇÃO EM BENS PRÓPRIOS

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	31/12/2023			31/12/2022		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	9.030	-	9.030	9.030	-	9.030
Edificações	8.333	(385)	7.948	8.718	(385)	8.333
Total	17.363	(385)	16.978	17.748	(385)	17.363

Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada, com objetivo de comparabilidade entre o valor de mercado e o valor contábil. A realização ocorre na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens reavaliados. A provisão para IRPJ e CSLL constituída na época foi baixada após a obtenção da imunidade tributária.

NOTA 29 AJUSTES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**29.1 Ajustes de Avaliação Patrimonial**

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	31/12/2023			31/12/2022		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	26.995	-	26.995	26.995	-	26.995
Edificações	15.184	(932)	14.252	16.115	(931)	15.184
Total	42.179	(932)	41.247	43.110	(931)	42.179

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da ICPC 10, Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, em 2010 foi apurado o custo atribuído (deemed cost) de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Sobre tais valores foram constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferido com contrapartidas contabilizadas no passivo não circulante, valores estes que foram baixados com o reconhecimento da imunidade tributária do IRPJ em 2015 e a isenção da CSLL obtida com a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) em 2016. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados.

29.2 Ajustes de Exercícios Anteriores

Contas	Período Atual				Período Anterior		
	31/12/2023				31/12/2022		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Valor Transferido	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	19.986	(19.986)	-	-	-	-
Total	-	19.986	(19.986)	-	-	-	-

Os ajustes de exercícios anteriores compõem, juntamente com a conta analítica prejuízos acumulados, o grupo sintético de prejuízos acumulados e registra efeitos na mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável que não possam ser atribuídos a eventos subsequentes. O ajuste realizado no primeiro trimestre de 2023, no valor de R\$ 19.986, refere-se ao registro de retificação da provisão cível que compõe o resultado de 2022 bem como o seu reflexo na provisão. Em fevereiro de 2023 foi ajustado esse valor na provisão civil transferindo seu impacto para a conta de ajustes de resultados de exercícios anteriores.

29.3 Reapresentação das Demonstrações Como resultado da aplicação do procedimento e demonstrado pela nota explicativa 29.2 ajustes de exercícios anteriores, pautada no disposto do texto da NBC TG 23 (R2), Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, preservando a comparabilidade das demonstrações contábeis, conforme orientado na NBC TG 26 (R5), reapresentamos as demonstrações do exercício findo de 2022. Os efeitos do referido ajuste foram demonstrados nas tabelas abaixo:

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

BALANÇO PATRIMONIAL (Reapresentação)
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior (Apresentado)	Ajuste	Período Anterior (Reapresentado)
		31/12/2023	31/12/2022		31/12/2022
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE		159.304	127.840	-	127.840
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	49.748	40.298	-	40.298
Contas a Receber	(5)	1.748	1.700	-	1.700
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.2) (6)	(425)	(93)	-	(93)
Subvenções a Receber	(7)	44.018	33.119	-	33.119
Estoques	(3.3) (8)	25.424	19.085	-	19.085
Adiantamentos a Empregados	(9)	19.243	15.665	-	15.665
Tributos a Recuperar		50	239	-	239
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	(10)	5.475	3.857	-	3.857
Outras Contas a Receber	(11)	16.432	19.045	-	19.045
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(3.113)	(5.771)	-	(5.771)
Despesas Antecipadas		704	696	-	696
ATIVO NÃO CIRCULANTE		511.119	481.973	-	481.973
Realizável a Longo Prazo	(12)	124.797	112.672	-	112.672
Investimentos	(3.4) (14)	2.818	2.748	-	2.748
Imobilizado	(3.5) (15.1)	382.463	365.070	-	365.070
Direito de Uso de Arrendamentos	(3.7) (15.2)	132	577	-	577
Intangível	(3.8) (15.3)	908	906	-	906
TOTAL DO ATIVO		670.423	609.813	-	609.813

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

BALANÇO PATRIMONIAL (Reapresentação)
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 31/12/2023	Período Anterior (Apresentado) 31/12/2022	Ajuste	Período Anterior (Reapresentado) 31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		779.608	667.278	-	667.278
Fornecedores	(17)	23.369	21.269	-	21.269
Obrigações Trabalhistas	(18)	6.519	10.439	-	10.439
Obrigações Tributárias	(20)	36.236	2.372	-	2.372
Provisões Trabalhistas	(19)	149.739	129.150	-	129.150
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22)	528.684	481.047	-	481.047
Subvenções a Realizar	(23)	29.494	18.636	-	18.636
Arrendamentos a Pagar	(3.9) (24)	133	423	-	423
Outras Contas a Pagar	(25)	5.434	3.942	-	3.942
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		418.427	462.161	(19.986)	442.175
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22)	412.666	456.734	(19.986)	436.748
Provisão para Riscos Fiscais	(21)	5.761	5.274	-	5.274
Arrendamentos a Pagar	(3.9) (24)	-	153	-	153
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(527.613)	(519.626)	(19.986)	(499.640)
Capital Social	(26)	234.036	222.997	-	222.997
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	36.267	11.039	-	11.039
Reserva de Reavaliação em Bens Próprios	(28)	16.978	17.363	-	17.363
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	41.247	42.179	-	42.179
Prejuízos Acumulados		(856.141)	(813.204)	19.986	(793.218)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		670.423	609.813	-	609.813

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

NOTA 30 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Receitas com Pesquisas	2.616	2.634
Receitas com Estágios	180	1.630
Receitas com Sócios Locatários	7	11
Total	2.803	4.275

Nesta conta está registrada a receita da prestação de serviços de pesquisas, estágios e da taxa de alimentação dos sócios locatários (Nota 5).

NOTA 31 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Variação do Período
	31/12/2023	31/12/2022	
Custos dos Serviços			
Salários e Encargos	(1.308.866)	(1.154.695)	13%
Programa de Demissão Voluntária – PDV	-	(73.971)	-100%
Benefícios da Folha de Pagamento	(80.268)	(63.791)	26%
Provisões Trabalhistas	(18.570)	(8.146)	128%
Consumo de Material	(192.531)	(184.524)	5%
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	(25.443)	-	100%
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	(96.760)	(111.134)	-13%
Depreciações/Amortizações	(17.347)	(18.326)	-5%
Encargos Tributários	(120)	(79)	52%
Total	(1.739.905)	(1.614.666)	8%

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior	Variação
	31/12/2023	31/12/2022	
Empregados Efetivos	8.635	8.414	3%
Empregados Temporários	19	45	-58%
Médicos Residentes	381	377	1%
Residentes Multiprofissionais	131	122	7%
Total	9.166	8.958	3%

O custo dos serviços prestados compreende todos os custos diretos aplicados na produção dos serviços tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e vale alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas (médicos residentes, residência multiprofissional), jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguro, aluguéis, conservação reparos e manutenção, entre outros), depreciações, amortizações e encargos tributários (IPTU sobre aluguéis, taxa de coleta de lixo, contribuição para custeio do serviço de iluminação pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base no custo de cada setor diretamente vinculado ao custo dos serviços prestados. A elevação nos gastos com salário e encargos no exercício de 2023 refere-se aos dissídios aplicados a diversas categorias de empregados referente aos exercícios de 2022 e 2023 e aumento no vale alimentação. O aumento no custo do consumo de materiais está relacionada com o aumento de preço de diversos materiais de insumo. No exercício de 2023 os custos com residência médica foram contabilizados no grupo Serviços de Terceiros Pessoa Física.

NOTA 32 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Contas	Período	Período	Variação do Período
	Atual	Anterior	
	31/12/2023	31/12/2022	
Despesas			
Salários e Encargos	(110.978)	(103.753)	7%
Programa de Demissão Voluntária – PDV	-	(15.700)	-100%
Benefícios da Folha de Pagamento	(5.435)	(4.984)	9%
Provisões Trabalhistas	(2.019)	(902)	124%
Consumo de Material	(4.046)	(5.352)	-24%
Serviços de Terceiros– Pessoa Jurídica	(26.358)	(23.823)	11%
Depreciações/Amortizações	(6.560)	(7.198)	-9%
Encargos Tributários	(36)	(72)	--50%
Serviços Profissionais - Pessoa Física	(14)	-	100%
Total	(155.446)	(161.784)	-4%

Colaboradores	Período	Período	Variação do Período
	Atual	Anterior	
	31/12/2023	31/12/2022	
Empregados Efetivos	674	711	-5%
Total	674	711	-5%

As despesas gerais e administrativas compreendem todas as despesas aplicadas nos serviços administrativos, tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e vale alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguros, aluguéis, conservação, reparos e manutenção, etc.), depreciação e encargos tributários (taxa de coleta de lixo, contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base na despesa de cada setor diretamente vinculado as despesas gerais e administrativas. A elevação nos gastos com salário e encargos no exercício de 2023 refere-se aos dissídios aplicados a

diversas categorias de empregados referente aos exercícios de 2022 e 2023 e aumento do vale-alimentação. O aumento nas despesas com serviços prestados por pessoa jurídica está relacionado com o aumento no preço de diversos serviços contratados (vigilância, informática, limpeza, estágios, entre outros) e também na conta de energia elétrica.

NOTA 33 REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS PAGOS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

33.1 Remuneração

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	31/12/2023			31/12/2022		
	Maior	Menor	Média	Maior	Menor	Média
Diretoria Executiva	27.680	27.680	27.680	25.394	25.394	25.394
Conselho de Administração	2.999	2.999	2.999	2.751	2.751	2.751
Conselho Fiscal	2.999	2.999	2.999	2.751	2.751	2.751
Comitê de Auditoria	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000
Empregados	41.650	2.308	10.628	39.293	2.100	10.227

Nota: Valores em Reais.

33.2 Benefícios a Empregados

	Período Atual		Período Anterior	
	31/12/2023		31/12/2022	
	Valores	Média	Valores	Média
Vale Transporte	9.321.027	358	9.465.473	360
Vale Alimentação	53.348.991	528	40.038.284	368
Auxílio Creche	6.487.710	977	6.218.268	914
Total	69.157.728	-	55.722.025	-

Nota: Valores em Reais

Em cumprimento a Resolução nº 30 de 04 de agosto de 2022 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União e da Lei nº 13.303/16, Art. 12, Inciso I, combinado com o Art. 19 do Decreto nº 8.945/16, informamos no quadro acima a remuneração mensal e individual do pessoal chave da administração e empregados, incluindo vantagens pessoais, adicionais, horas extras e despesas vinculadas à remuneração paga aos empregados. A AGE de 15 de junho de 2023, conforme o decreto nº 11.437 de 17 de março de 2023, fixou a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. Na linha remuneração dos diretores não está incluída a remuneração recebida por um dos diretores como membro do conselho de administração, nem um terço de férias paga anualmente e o FGTS depositado em conta vinculada mensalmente demonstrados na Nota 16.3. A despesa consolidada, com a remuneração da diretoria executiva, dos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e comitê de auditoria totalizou no período de janeiro a dezembro de 2023 R\$ 1.581 (R\$ 1.500 no mesmo período de 2022). Os acionistas fixaram na Assembleia Geral Extraordinária de 15 de junho de 2023 o montante global de R\$ 2.090, a serem pagos aos administradores (Diretoria Executiva, Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria), no período compreendido entre abril de 2023 e março de 2024 e na Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2022 o montante de R\$ 1.717 para o período entre

abril de 2022 e março de 2023. No exercício de 2023 foram gastos com os administradores, R\$ 92 com despesas de passagens e R\$ 60 com diárias, com os empregados, R\$ 408 com passagens e R\$ 161 com diárias, está última com relevância em função dos gastos com profissionais que participaram da força nacional do SUS em atendimento a calamidade no vale do taquari.

Cabe destacar que os benefícios a empregados foram apresentados considerando os valores do exercício de 2023, sendo que a média de beneficiados com vale transporte foi de 2.168 empregados, 9.048 para vale alimentação e 485 empregadas beneficiadas com auxílio creche.

NOTA 34 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Outras Receitas		
Doações Recebidas – Ministério da Saúde	11.594	353
Doações Recebidas – Patrocinadores de Pesquisa	-	567
Doações Recebidas – Empresas Privadas	764	778
Doações Recebidas – Município de Porto Alegre (RS)	57	108
Doações Recebidas – Secretaria Estadual de Saúde (RS)	30	3
Exclusividade – Prestação de Serviços Bancários	8.594	8.225
Doações Recebidas – Bens Móveis e Imóveis	4.372	-
Exclusividade – Gestão Empréstimos Consignados	176	134
Receita Eventual – Recuperação de Créditos	346	120
Receita Eventual – Multas Contratuais	1.365	2.249
Receita Eventual – Outros	-	3
Comissão por Intermediação de Negócios	-	658
Aluguéis	143	135
Reversão de Provisões para Riscos Fiscais	-	1.070
Total	27.441	14.403

34.1 Doações Recebidas –Compõem esta conta as doações recebidas de entes públicos e privados entre os quais destacamos as doações recebidas do Ministério da Saúde, dos patrocinadores de pesquisas, que doam medicamentos para serem utilizados nas pesquisas que estão sendo desenvolvidas no Hospital. As empresas privadas, doam material de consumo e bens móveis. Em 2023 foram doados bens que estão em imobilização em andamento, no montante de R\$ 4.338 referente ao projeto Teleoftalmo que operacionalmente não está em execução.

34.2 Exclusividade na Prestação de Serviços Bancários–Receita decorrente do contrato pela centralização do processamento da folha de salários e demais movimentações financeiras de pagamento a credores, com o Banco do Brasil S.A, por sessenta meses a contar de 03 de abril de 2020.

34.3 Exclusividade na Gestão de Empréstimos Consignados–São receitas pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados, com fornecimento de um sistema que executa o controle

operacional e gerencial das operações de empréstimos pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda.

34.4 Receitas Eventuais –Composta por várias receitas, como a recuperação de créditos, que é a baixa de valores provisionados como perdas, devido ao seu recebimento em outro exercício, receitas de multas contratuais aplicadas a fornecedores por descumprimento de cláusulas contratuais.

34.5 Comissão por Intermediação de Negócios–Repasse recebido em contrapartida à arrecadação de taxas para a inscrição em concursos, realizados por empresa contratada.

34.6 Aluguéis – De área física a associações de funcionários e também de uma sala, localizada no Centro Administrativo do GHC, destinada à cafeteria alugada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP. Os contratos em que o Hospital é o arrendador são classificados como arrendamento operacional, conforme a norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. Os recebimentos são registrados mensalmente como receita de aluguel e apropriados segundo o regime de competência.

34.7 Reversão da Provisão para Riscos Fiscais – Referente às contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais nos anos de 2018 e 2019 (Nota 21). O valor provisionado em 2021 foi totalmente revertido durante o exercício de 2022, após a apuração do valor correto e a retificação de todas as GFIPs.

NOTA 35 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Outras Despesas		
Provisão para Indenização Trabalhista	(114.881)	(143.601)
Reversão da Provisão para Indenização Trabalhista	67.524	74.725
Provisão para Indenização Cível	(10.585)	(12.411)
Reversão da provisão para Indenização Cível	12.014	518
Provisão para Indenização Cível – Imunidade Tributária	(29)	(51)
Perdas Estimadas Crédito de Liquidação Duvidosa	(580)	(147)
Perdas Estimadas com Estoques	(2.204)	(2.025)
Reversão para Perdas Estimadas com Estoques	2.092	1.821
Perdas Estimadas com Investimentos	70	(2.006)
Provisão para Riscos Fiscais	(487)	(438)
Encargos Judiciais	(1.541)	(1.413)
Mensalidades Associativas	(193)	(180)
Perdas Patrimoniais	(325)	(250)
Perdas Eventuais – Multas Contratuais	(4)	(10)
Perdas Eventuais – Outros Créditos	(1.193)	(288)
Reversão para Perdas Estimadas c/ Créditos de Liquidação Duvidosa (Pessoal)	8.845	-
Total	(41.477)	(85.756)

Compreendem as despesas apropriadas com base no regime de competência, referente às provisões para indenização cíveis e trabalhistas (Nota 22), perdas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 6), perdas com investimentos (Nota 14), provisão para perda com estoque (Nota 8), provisão para riscos fiscais (Nota 21), além de despesas com encargos judiciais (cíveis e trabalhistas), pensões vitalícias, custas e honorários advocatícios, mensalidades associativas pagas ao Sindicato dos Hospitais – SINDIOSPA, a Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino – ABRAHUE e perdas patrimoniais referentes ao valor residual dos bens baixados. No último trimestre do exercício a apresentação credora deste grupo refere-se consideravelmente as reversões de PCLD motivo citado na nota 12.7, e a reversão das provisões cíveis e trabalhistas que foram superiores as suas provisões.

NOTA 36 PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Foi implantado em 1º de agosto de 1998 o Plano de Contribuições Definidas- Fundo Gerador de Benefícios, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A. Participam do plano apenas dois empregados em 31/12/2023 (dois em 31/12/2022). O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa em 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8% sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e pelos participantes. Findado dezembro de 2023 as contribuições do GHC totalizaram R\$ 49 (R\$ 74 no período comparativo de 2022).

NOTA 37 DESPESAS FINANCEIRAS

Contas	Período	Período
	Atual	Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	-	(1)
Juros Passivos	(176)	(323)
Multas Compensatórias	(9)	(8)
Encargos com FGTS	(6)	(23)
Variação Cambial	34	(3)
Total	(157)	(358)

Nas despesas financeiras estão registradas as despesas bancárias, os juros passivos e a variação cambial, paga por ocasião do fechamento de contratos de câmbio de importação, juros referentes à atualização de contas do passivo com base no regime de competência. No exercício de 2022 ocorreu nessa conta um aumento significativo referente a atualização mensal das contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais dos exercícios 2018 e 2019, cujo o valor principal constava registrado no passivo circulante até abril de 2023 quando ocorreu o recolhimento ao fisco, bem como as multas compensatórias por atraso e recolhimento de tributos. Durante o exercício de 2022 e no presente exercício houve multa de encargos de FGTS.

NOTA 38 RECEITAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras		
Rendimento de Aplicação Financeira	4.615	4.656
Juros sobre a Repetição de Indébito de Tributos	1.003	1.802
Juros sobre Outras Contas do Ativo	586	962
Variação Monetária Ativa – Depósitos para Recursos (FGTS)	849	905
Variação Monetária Ativa –Outras Contas do Ativo	4.960	8
Rendimento de Depósito Restituível ou Vinculado	(33)	7
Desconto Obtido	-	-
Total	11.980	8.340

Nestas contas estão registrados, com base no regime de competência, os rendimentos das aplicações financeiras, os juros sobre as repetições de indébitos registradas no realizável a longo prazo (Nota 12.5), os juros e variações sobre diversas contas do ativo e a variação cambial sobre importações de medicamentos.

NOTA 39 SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Repasses Recebidos		
Pessoal	1.381.786	1.339.550
Pessoal – Devolução Depósitos Recursais Recebidos	(3.627)	(1.014)
Benefícios da Folha de Pagamento	90.502	77.324
Médicos Residentes	23.515	18.723
Residência Multiprofissional	6.539	6.178
Sentenças Judiciais Trabalhistas	21.223	11.146
Sentenças Judiciais Cíveis	21	1.038
Manutenção do Custeio	291.376	231.467
Manutenção do Custeio – Repasse Não Recebido	14.301	14.249
Manutenção do Custeio – Cancelamento de Repasse	(40)	(2)
Manutenção do Custeio – Covid - 19	-	381
Reformas	3.215	6.033
Pensões	1.433	1.317
Demais Custeios	521	201
Regularização de Subvenções	(291)	-
Termo de Execução Descentralizada	47	-
Total	1.830.521	1.741.074

Os repasses financeiros recebidos do Ministério da Saúde e os valores com cotas do orçamento, foram classificados na receita como subvenção para custeio, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07(R2)–Subvenção e Assistências Governamentais, são reconhecidos na receita quando utilizados, na mesma proporção das despesas. Servem para custear todas as despesas de pessoal, encargos, benefícios da folha, indenizações cíveis e trabalhistas e demais custeios. Os recursos repassados pelo Ministério da Saúde, que eram oriundos de prestação de serviços, passaram a ser orçamentados diretamente no orçamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. pela Lei Orçamentária Anual nº 14.535 de 17 janeiro de 2023 e nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022. Os recursos são reconhecidos no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante (Nota 23). A despesa (material de consumo e serviços) a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente com base no regime de competência, na mesma proporção da receita que é transferida do passivo circulante para a receita de subvenção para custeio. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados do ativo circulante.

NOTA 40 LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Contas	Período Atual 31/12/2023	Período Anterior Reapresentado 31/12/2022
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(64.239)	(94.472)
Provisão (Reversão) para Indenizações Trabalhistas	47.354	68.876
Provisão (Reversão) para Indenizações Cíveis	(1.429)	11.984
Provisão (Reversão) para Indenizações Cíveis – Imunidade Tributária	29	51
Provisão (Reversão) para Riscos Fiscais	487	(632)
Perda (Reversão) com Investimentos	(70)	2006
Receita Eventual – Repetição de Indébito de Tributos Federais	-	(1.707)
Prejuízo do Exercício Ajustado	(17.868)	(13.984)
<small>Nota: Prejuízo do Exercício Ajustado após exclusões e adições das provisões cíveis, trabalhistas, riscos fiscais e investimento</small>		

Para ajustar a apuração do prejuízo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 64.239 foram adicionados os impactos das provisões e excluídas as reversões trabalhistas e civil, O prejuízo apurado seria R\$ 17.868 ao findar o exercício, (R\$ 13.984 no mesmo período de 2022). Cabe destacar que a apuração frequente de prejuízo fez com que a conta de prejuízos acumulados tornasse o Patrimônio Líquido negativo. Por ser estatal dependente e receber recursos na medida de suas necessidades financeiras somente em situações pontuais apresentará lucro.

NOTA 41 COBERTURA DE SEGUROS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/12/2023	31/12/2022
Limite Máximo de Indenização		
Incêndios	204.330	204.330
Roubos e/ou Furtos de Bens	2.724	2.724
Responsabilidade Civil das Operações	2.724	2.724
Veículos	580	2.900
Seguro de Vida em Grupo	57	54
Total	210.415	212.732

A sociedade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros contra o patrimônio. A apólice para cobertura de incêndio (inclui explosão, danos elétricos, fumaça, impactos de veículos terrestres, queda de aeronaves e fenômenos da natureza), roubos e/ou furtos de bens e responsabilidade cível, tem vigência de 13/08/2023 a 12/08/2024 e a apólice do seguro dos veículos para cobertura de danos materiais, corporais, morte acidental e invalidez permanente, tem vigência de 18/11/2023 a 18/11/2024, 24h. O seguro de vida em grupo contratado em cumprimento a Lei nº 11.788/08, Art. 9º, Inciso IV, Parágrafo Único, para a Residência Multiprofissional desde 18/09/2017, prevê cobertura de assistência funeral, invalidez por doença ou por acidente parcial ou total, está sendo renovada anualmente, a vigência do aditivo atual é de 24/11/2023 a 23/11/2024.

NOTA 42 DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao Inciso VI do Art. 8º da Lei nº 13.303/16, informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/12/2023	31/12/2022	
PRODUÇÃO/QUANTIDADE			
Consultas	1.382.437	1.362.956	1%
Procedimentos	741.108	663.626	12%
SADT	4.506.041	4.360.580	3%
Internações	55.105	51.093	8%
Cirurgias/Curetagens e Outros	33.450	31.417	6%
Partos	6.663	6.235	7%
Total	6.724.804	6.475.907	4%
INDICADORES HOSPITALARES (MÉDIA)			
Média de Permanência	7,7 dias	8,0 dias	-4%
Taxa de Ocupação Hospitalar	84,11%	80,6%	4%
Taxa de Mortalidade Institucional	4,1%	4,4%	-7%

Legenda: SADT- Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêuticos; inclusos sessões de fisioterapia, quimioterapia e exames.

Os indicadores acima listados sintetizam a atuação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS. Desse modo os

dados da produção/quantidade apresentados estão relacionados à capacidade de atendimento e à demanda da população, no exercício de 2023 comparado o exercício de 2022.

NOTA 43 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS

Durante o exercício de 2023 e 2022, todas as obrigações e investimentos assumidos e realizados pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., foram em cumprimento aos seus objetivos sociais (Art. 2º do Estatuto Social), e estão contabilizadas e apresentadas nas demonstrações contábeis, razão pela qual não existem valores a serem informados nesta nota explicativa, referentes a obrigações e responsabilidades assumidas em desacordo com os objetivos sociais, conforme estabelece o Inciso I, do Parágrafo 2º, do Art. 5º, do Estatuto Social da Sociedade, bem como define o Parágrafo 2º, do Inciso IX, do Art. 8º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e o Art. 13, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

NOTA 44 CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e dos adiantamentos para futuro aumento de capital (Notas 7, 23 27 e 39) repassados pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

NOTA 45 ESCLARECIMENTO OPERAÇÃO HIPÓCRATES

Considerando o nome do Hospital na operação Hipócrates esclarecemos que a instituição está colaborando com as investigações da Polícia Federal e fornecendo todas as informações necessárias para o andamento das apurações. O Grupo reafirma que não compactua e não compactuará com fraudes e irregularidades que prejudiquem o bom andamento do hospital e da assistência aos usuários do SUS. Até o presente momento não foi possível obter materialidade para constituição de provisão.

NOTA 46 EVENTOS SUBSEQUENTES

De 31 de dezembro de 2023 até a data do encerramento das demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

GILBERTO
BARICHELLO:52101282968

Assinado de forma digital por
GILBERTO BARICHELLO:52101282968
Dados: 2024.02.09 12:17:13 -03'00'

Gilberto Barichello
Diretor-Presidente
CPF 521.012.829-68

JOAO CONSTANTINO PAVANI
MOTTA:20295456000

Assinado de forma digital por JOAO
CONSTANTINO PAVANI
MOTTA:20295456000
Dados: 2024.02.09 16:09:42 -03'00'

João Constantino Pavani Motta
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 202.954.560-00

QUELEN TANIZE
ALVES DA
SILVA:77966457087

Assinado de forma digital por
QUELEN TANIZE ALVES DA
SILVA:77966457087
Dados: 2024.02.09 12:25:16 -03'00'

Quelen Tanize Alves da Silva
Diretora de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação
CPF 779.664.570-87

LUIS ANTONIO
BENVEGNUM:48
457990063

Assinado de forma digital
por LUIS ANTONIO
BENVEGNUM:48457990063
Dados: 2024.02.09
13:26:46 -03'00'

Luis Antônio Benvegnum
Diretor de Atenção à Saúde
CPF 484.579.900-63

Documento assinado digitalmente



FERNANDO DA CUNHA SOARES
Data: 09/02/2024 17:28:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernando da Cunha Soares
Contador CRC/RS-093951/O-4
CPF 019.604.250-05

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Contábeis

Referente ao exercício findo 31 de dezembro de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Diretores e Acionistas do
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Porto Alegre - RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o conteúdo das Notas Explicativas nº 40 e nº 44 que descrevem o efeito gerado por prejuízos, ocasionando um passivo a descoberto de R\$ 527.613 mil. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralização das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos.

Ênfases

Ajustes de Exercícios Anteriores e Reapresentação das Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas 29.2 e 29.3

Chamamos a atenção para a nota explicativa 29.2 quanto ao ajuste realizado no primeiro trimestre de 2023, no valor de R\$ 19.986 mil, referente ao registro de retificação da provisão cível que compôs o resultado de 2022, bem como o seu reflexo na provisão. Em fevereiro de 2023 foi ajustado esse valor na provisão cível transferindo seu impacto para a conta de ajustes de resultados de exercícios anteriores, o ajuste no montante de R\$ 19.986 mil se refere ao registro de retificação de provisão cível que compunha o resultado de 2022 e seus reflexos na provisão, ajustado em fevereiro de 2023. E para a nota explicativa 29.3 – Reapresentação das Demonstrações – como resultado da aplicação do procedimento e demonstrado pela nota explicativa 29.2 – Ajustes de Exercícios Anteriores, pautada no disposto do texto da NBC TG 23 (R2), Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, preservando a comparabilidade das demonstrações contábeis, conforme orientado na NBC TG 26 (R5), reapresentamos as demonstrações do exercício findo de 2022. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Esclarecimento Operação Hipócrates – Nota Explicativa 45

Conforme descrito na nota explicativa 45, a Entidade está colaborando com as investigações da Polícia Federal e não compactua com fraudes e irregularidades que prejudiquem o bom andamento do hospital e a assistência aos seus usuários, não sendo possível mensurar valores para constituição de provisão. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Entidades abertas. A administração da Entidade decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e à legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 9 de fevereiro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC/RS 5.460/O-0 "T" SP

JORGE LUIZ MENEZES
CEREJA:36012440049

Assinado de forma digital
por JORGE LUIZ MENEZES
CEREJA:36012440049
Dados: 2024.02.12 15:15:52
-03'00'

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico



Documento assinado digitalmente
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
Data: 12/02/2024 15:50:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rosangela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues
Contadora CRC RS 65.932/O-7